



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
Secretaria de Recursos Humanos  
Departamento de Normas, Procedimentos Judiciais e Órgãos Extintos  
Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas  
Esplanada dos Ministérios, bloco " C " , 8º andar, sala 805  
Cep: 70046-900 – Brasília-DF  
Telefones: (61) 3313-1382 – Fax: (61) 3313-1721

Ementa: Trata-se de consulta sobre afastamentos que geram substituição.

Ofício nº 146/2005/COGES/SRH/MP

Brasília, 29 de julho de 2005.

A Sua Senhoria o Senhor  
GERMÍNIO ZANARDO JÚNIOR  
Diretor de Recursos Humanos  
Advocacia-Geral da União  
70064-900 – Brasília-DF

Assunto: Substituição

Senhor Diretor,

Refiro-me ao processo 00404.001073/2005-99, que trata de consulta dessa procedência a respeito dos afastamentos que geram pagamento de substituição.

Sobre o assunto, vale lembrar primeiramente que os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e de cargos em comissão e de Natureza Especial, terão substitutos indicados em regimento interno, ou designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade mediante portaria. Nestes casos, a substituição será automática e ocorrerá nos afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares dos respectivos titulares, por período determinado.

Pode-se considerar afastamento, impedimento legal ou regulamentar para efeito de substituição, aqueles previstos na Lei nº 8.112, de 1990, a seguir discriminados:

- a) art. 77 – férias;
- b) art. 95 – afastamento para estudo ou missão no exterior, conforme regulamento contido no Decreto nº 2.794, de 1998;
- c) art. 97 – ausências do serviço para doar sangue (um dia); alistamento eleitoral (dois dias); casamento, falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos (oito dias consecutivos);

d) art. 102 – participação em programa de treinamento regularmente instituído, conforme disposto no Decreto nº 2.794, de 1998; júri e outros serviços obrigatórios previstos em lei; licença à gestante, à adotante e à paternidade; para tratamento da própria saúde; por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;

e) art. 147 – afastamento preventivo (até sessenta dias, prorrogável por igual período); e

f) art. 149 – participar de comissão de sindicância (trinta dias, prorrogável por igual período); processo administrativo disciplinar ou de inquérito (sessenta dias, prorrogável por igual período).

Cabe ainda esclarecer que os afastamentos do titular no interesse do serviço, não ensejam pagamento de substituição, de acordo com a Orientação Normativa SAF nº 96, de 1991, que assim dispõe:

*“O titular de cargo em comissão não poderá ser substituído, nos termos do art. 38 da Lei nº 8.112, de 1990, durante o período em que se afastar da sede para exercer atribuições pertinentes a esse cargo.”*

Nos casos de vacância de cargo ou função de direção ou chefia, e de cargo em comissão e de Natureza Especial, nos termos dos incisos I, II, VII e IX do art. 33 e V e VI do art. 127 da Lei nº 8.112, de 1990, o substituto fará jus ao pagamento da respectiva retribuição, a partir do primeiro dia da vacância.

Atenciosamente,

VÂNIA PRISCA DIAS SANTIAGO CLETO  
Coordenadora-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas